



ATA N.º 05/2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. Alves'.

Data da reunião ordinária: 02/03/2023

Início da reunião: 14:10 horas

Fim da reunião: 15:20 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Vereadores

Ana Isabel Alves Dias

José de Moura Rodrigues

José Fernando Pereira Capela

Jorge Carneiro Morais Fidalgo


Sandra Manuela Justo Alves de Sousa

Manuel António Fernandes

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Fernanda Dinis Moreira

Cargo: Chefe da Divisão Administrativa



ATA N.º 05
Reunião ordinária da Câmara
Municipal de Montalegre, realizada
no dia 02 de março de 2023.

No dia 02 de março de dois mil e vinte e três, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência da Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dra. Ana Isabel Alves Dias, Dr. José de Moura Rodrigues, Dr. José Fernando Pereira Capela, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Dra. Sandra Manuela Justo Alves de Sousa, Manuel António Fernandes e comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária. _____

Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando eram catorze horas e dez minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia vinte oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, na plataforma de gestão documental SharePoint, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião sob a forma *de doc. n.º 1*. _____

1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 04/2023, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE FEVEREIRO. _____

2- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA _____

3- PERÍODO DA ORDEM DO DIA. _____

3.1. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA. _____

3.2. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – TARIFA SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA. _____

3.3. ATA DA HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DOS LOCAIS DE VENDA (LOJAS) DO MERCADO MUNICIPAL DE MONTALEGRE – PROPOSTA. _____

3.4. RETIFICAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO N.º 53/2018 "RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LAVAGEM DE CONTENTORES AO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE". DF N.º 13/2018 – PROPOSTA. _____

3.5. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 14/02/2023 A 27/02/2023, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL. _____

3.6. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA N.º 40/2023, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL. _____

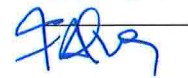
3.7. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS (AECE) E APOIO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE CARÁTER PONTUAL (AESCP) NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE MONTALEGRE – PROPOSTA. _____

3.8. TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE AS QUEBRAS DE PRODUÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA EM TRÁS-OS-MONTES – PARA CONHECIMENTO. _____

I
ATA

1- APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 04/2023, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE FEVEREIRO. _____

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal, depois de ter dispensado a sua leitura com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, passou à discussão e votação da aludida ata e deliberou por unanimidade, a sua aprovação. _____



– ANTES DA ORDEM DO DIA –

Intervenções: _____

O senhor vereador eleito pelo Partido Social Democrático, Dr. José de Moura Rodrigues interveio para referir que, decorrente das queixas relativas às refeições, ele e os restantes vereadores da oposição iam almoçar a uma das cantinas da escola e quando tirassem as senhas comunicavam. Perguntou se havia algum procedimento que tivessem de fazer mais. _____

A senhora vereadora da oposição Dra. Sandra Sousa, no uso da palavra, solicitou informação respeitante ao brasão que foi retirado e se encontrava junto ao poço da igreja do castelo de Montalegre. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues dizendo que não via qualquer inconveniente em irem almoçar às cantinas das escolas, pois o senhor vereador da educação Dr. Jorge e a Chefe da Divisão Sócio-cultural e Educação também já tinham feito isso, mas foram de surpresa, sem qualquer pré-aviso. Disse ainda que o vereador Jorge Fidalgo ia dar nota dessa visita à cantina. Referiu que aos senhores vereadores que ao comprarem as senhas para o almoço, a sua visita perderia o carácter de sigilo, pelo que deveriam apresentar-se lá em qualquer dia, de surpresa. Prosseguindo, a Senhora Presidente da Câmara respondeu ao pedido de informação sobre o brasão do poço da igreja do castelo, efetuado pela vereadora Dra. Sandra Sousa. Sobre este assunto, referiu que o brasão é atribuído a D. Afonso III, mas, ao estar às intempéries, já não estava legível. Por isso, falou com o Senhor Padre Vítor sobre este assunto e este ficou sensibilizado com esta questão e foi acordado retirar o brasão para o Castelo, onde se encontra protegido e para que todos o possam ver. Referiu ainda que esse brasão vai ser objeto de um estudo museológico e vai ser colocado num pedestal que está a ser estudado pelas pessoas que estão a tratar da musealização, sendo que todas estas intervenções mereceram concordância do Senhor Padre Vítor. O muro foi repostado com pedra velha para se enquadrar. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se a Senhora Presidente faz ideia quando é que o brasão foi colocado na igreja do Castelo e se existe um documento oficial. _____

A senhora Presidente da câmara respondeu que o Prof. Batista já iniciou um estudo do brasão, está a procurar-se saber quando foi colocado, mas sabe-se, por exemplo, que o muro é posterior à igreja, por isso se está a fazer um estudo, até para contar a história desse brasão, o qual não devia estar no tanque da igreja, mas sim no castelo e, por isso, assim se fez. _____

O senhor vereador Dr. Jorge Fidalgo interveio para informar sobre a visita surpresa que tinha efetuado com a senhora Chefe de Divisão Dra. Gorete às cantinas da escola. Mencionou que essa visita foi efetuada no fim das refeições, com o objetivo de verificar se ainda havia comida, o que confirmaram. Verificaram que os alunos, na sua maioria, não comiam o pão, nem a sopa. Disse ainda que falaram com a funcionária mais antiga da cantina e perguntaram-lhe se existia alguma queixa sobre as refeições, tendo aquela respondido que não deu conta de nenhuma queixa e que a comida era de boa qualidade e quantidade adequada. Informou que da Escola do Baixo Barroso tinha contactado o Senhor Lopes, este referiu que tem estado muito atento no



que diz respeito à qualidade e quantidade de comida que é servida aos alunos e reportou que não tem havido problemas com as refeições. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues questionou o senhor vereador Dr. Jorge Fidalgo qual tinha sido o prato servido na cantina no dia em que foi lá almoçar. _____

O senhor vereador Dr. Jorge Fidalgo respondeu que tinham servido rancho na cantina nesse dia. A Senhora Presidente da Câmara Dra. Fátima Fernandes referiu que se no Baixo Barroso houvesse o mínimo problema com as refeições, o Senhor Lopes seria o primeiro a dar conhecimento dessa situação e a querer resolvê-la. Disse ainda que o Senhor Lopes tem toda a autoridade para verificar o funcionamento da cozinha e da cantina e fiscalizá-las. Disse que na escola sede do Agrupamento, a cozinheira mais antiga é a D. Tina, que sobre esta questão das refeições, disse ficar admirada que sejam levantadas polémicas porque a comida que presentemente é servida, não é muito diferente da que se servia em anos anteriores. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que se é assim como aqui se referiu quanto às refeições escolares alguma coisa não bate certo porque o que lhes tem feito chegar pelos pais dos alunos, tem sido o contrário. _____

A Senhora presidente da Câmara respondeu que é da mesma opinião, que alguma coisa não está bem neste assunto das refeições que os senhores vereadores da oposição teimam em debater. Disse que, voltava a repetir, houve reuniões prévias com todos os envolvidos, desde trabalhadores afetos aos refeitórios, empresa, consigo, Senhora Diretora da Escola, Senhor Subdiretor e com a Dra. Gorete, onde se falou de tudo o que é exigível à empresa que fornece as refeições escolares. Referiu que o refeitório da escola é da estrita competência da Câmara e que quem lá trabalha pertence ao seu mapa de pessoal, daí que foi transmitido a esses trabalhadores que estivessem atentos e que reportassem sempre alguma coisa por mínima que fosse que não estivesse correta nas refeições. Afirmou que até ao presente nada foi reportado à câmara, por isso é estranho que os senhores vereadores da oposição continuem a trazer essas queixas para a reunião. Neste sentido, informou que vai averiguar se esses trabalhadores estão a exercer bem as suas funções e vai tirá-los de lá se concluir que não estão motivados para esse desempenho. Em segundo lugar, mencionou que estranha o facto de a oposição dizer que há queixas sobre as refeições escolares e que são inúmeras, quando a câmara não tem qualquer reclamação registada. Mais, a própria Associação de Pais, pediu uma reunião e este assunto foi lá abordado. Assim aconteceu também na reunião do Conselho Geral e apenas uma pessoa que não está afeta às cantinas referiu que a comida era pouca e não prestava. Referiu que a Prof. Isabel e o Senhor Lopes na Escola do Baixo Barroso, nunca reportaram nada sobre as refeições, apenas a Prof. Dores, que come na cantina diariamente, referiu que o arroz era estranho e a fruta servida estava tocada, ora, o arroz é o mesmo que é servido nas outras escolas, por isso, se houver problema é na sua confeção e a fruta não tem que ser servida tocada, pois a câmara não paga para isso. Na reunião que aconteceu com a Associação de Pais, a D. Célia disse que existiam algumas queixas quanto às refeições e por isso lhe perguntou quantas tinham sido reportadas, ao que esta lhe respondeu que eram poucas porque a comida foi melhorando. Assim sendo, afirmou que agora apenas faltam os senhores vereadores da oposição irem almoçar às



cantinas e só espera que nesse dia as pessoas não deixem de saber cozinhar, porque a seguir vai convocar uma reunião com todos os envolvidos neste assunto e os senhores vereadores serão convidados a estarem presentes. Por último, disse que a câmara paga para ser prestado um bom serviço, tem funcionários para aferir diariamente esse serviço e com a incumbência de reportar qualquer anormalidade. _____

O senhor vereador da oposição Dr. Fernando Capela afirmou que quando forem ao refeitório escolar almoçar o arroz possivelmente não estará mal temperado, porque a visita terá um efeito contrário. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, por isso, é que devem ir sem aviso prévio. O executivo não quer saber quando irão os senhores vereadores da oposição almoçar ao refeitório e pode até passar uma declaração para que apareçam lá de surpresa, quando entenderem, e os deixem entrar. _____

O senhor vereador Dr. Fernando Capela referiu que deve ter sido reportada uma queixa de que no Baixo Barroso, após comprarem a senha da refeição para um determinado dia, posteriormente a ementa foi alterada, sendo servida uma outra refeição. Disse ainda que da quarta-feira passada e até à Páscoa vive-se o tempo da quaresma, no entanto no refeitório daquela escola foi servido peixe na quinta-feira e na sexta-feira carne, embora para si seja um não assunto, o certo é que há crianças que reparam nisso porque frequentam a catequese, portanto solicita que se tenha atenção sobre isto. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, apesar de o Estado e a escola serem laicos, deve o vereador da educação Dr. Jorge Fidalgo tomar nota deste reporte do senhor vereador Capela, articulando com a empresa. _____

O senhor vereador Dr. José Capela afirmou que a maioria da nossa população é católica e este tema é importante. _____

A Senhora Presidente da Câmara disse que há outras religiões com as suas particularidades e que não são impostas porque, de facto, o Estado é laico. Perguntou ainda ao senhor vereador Dr. José Capela se tem conhecimento de que no Baixo Barroso foram muitas vezes mudadas as ementas. _____

O senhor vereador respondeu que foram algumas. _____

A Senhora Presidente da Câmara informou que as ementas foram alteradas pouquíssimas vezes e o que acontece às vezes é que os alunos que não tiram a senha ficam para o fim e é confeccionada outra comida. Referiu ainda que, uma vez, existiu um problema com um frigorífico, e a ementa teve de ser alterada, mas também acontece em situações em que a empresa se apercebe que os alunos não gostam de determinada refeição e alteram a ementa, que é elaborada mensalmente. _____

A senhora vereadora da oposição Dra. Sandra Sousa interveio para dizer que, nem ela nem os seus colegas têm interesse em trazer este assunto para a reunião de câmara, mas continuam a chegar-lhe várias queixas e vai dizendo que não pode fazer mais nada, que reportem isso à câmara. Referiu que o que lhe informaram é que os miúdos estão fartos da comida que lhes é



servida na cantina e muitas vezes telefonam aos pais para os irem buscar à escola para almoçarem em casa. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que aos pais que vão buscar os filhos à escola para almoçarem em casa e que reiteradamente se queixam à senhora vereadora Dra. Sandra, que lhes transmita para se dirigirem à câmara e ao senhor vereador da educação para fazerem essas reclamações. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interveio para dizer que sabemos todos que as crianças têm problemas com a alimentação e por isso, das reclamações que recebem já dão uma margem para esse desconto, mas neste assunto há aqui coisas estranhas, pois as pessoas que a Senhora Presidente citou reportam-lhe coisas diferentes das que lhe dizem a si. Disse ainda que se as pessoas não falam com a Senhora Presidente, é por alguma razão. Referiu ainda que parece que a Senhora Presidente nunca chefiou ninguém, pois chefiar de chicote não é a melhor estratégia e se tivesse chefiado, não falava assim, apesar de não saber se a culpa é dela ou se já vem do passado. _____

A Senhora Presidente da Câmara agradeceu o conselho do senhor vereador da oposição e perguntou como é possível que nas reuniões que se realizaram, onde estiveram presentes todos os chefes e nas quais foi dada aos funcionários plena liberdade para reportarem o que nas refeições estiver mal ninguém reportar nada, até à presente data, isso é que é estranho. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que se as refeições melhoraram também não era estranho porque o preço das mesmas quase duplicou. Disse ainda que acredita nas pessoas e se estas reportam problemas é porque os há. Referiu que as refeições escolares deveriam incluir produtos locais e enquanto não se conseguir trabalhar desta forma, não há grandes melhorias. A Senhora Presidente da Câmara respondeu que melhorar o serviço das refeições escolares é interesse de todos. Disse que a câmara não tem relações privilegiadas com a empresa a quem foi adjudicado este serviço, por isso é a última a ter interesse em defendê-los. Esclareceu que, quanto à aquisição de produtos locais para a confeção das refeições, dificilmente se conseguirá implementar porque tem que se seguir as regras do Código dos Contratos Públicos, sendo certo que se está a estudar a possibilidade em relação ao fornecimento da carne. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que acredita que tal seja possível pois alguém lhe disse que em Vila Pouca estão a fazer isso. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que se está a estudar uma solução no âmbito da CIM e que também se falou neste assunto aquando da visita da Senhora Ministra da Agricultura, pelo que apenas resta aguardar pois não se pode fazer o que legalmente não é permitido fazer. Prosseguindo a sua intervenção, a Senhora Presidente prestou informação sobre a visita de uma comitiva da Europa ao futuro Centro SIPAM de Montalegre, comitiva integrada por vários de territórios SIPAM, uma representante da FAO e pelo Diretor da Organização Mundial do Turismo. Referiu que todos ficaram agradados com o que viram deste projeto, sendo certo que vão ser requalificados outros edifícios naquela envolvência para serem alocados àquele projeto, permitindo trazer ainda mais valor para o nosso território. Informou que Montalegre estará presente esta semana na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) como acontece todos os anos e no

sábado ocorrerá a demonstração dos nossos produtos locais. Disse que este ano a CIM se apresenta na BTL com um novo stand muito apelativo. Agradeceu a todos quantos no concelho celebraram o carnaval e a todos os que se juntaram a esta festa, mantendo os costumes e a tradição. Deixou uma nota de congratulação para o carnaval folhateiro de Outeiro, para o entrudo de Vilar de Perdizes, de Pitões, Cabril, Tourém e para Salto com o sábado fiolheiro, o desfile de carnaval organizado pelo Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz abrilhantou as ruas da vila e o tema escolhido, a água foi muito oportuno. Por último, a Senhora Presidente da Câmara fez referência ao primeiro episódio da série Motel Valkírias que foi filmado em Montalegre e que passou já na televisão, tendo ficado muito agradada com as paisagens do concelho que aparecem e que são mais um incentivo para a divulgação e dar a conhecer o nosso território. ____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interveio para dar uma sugestão à Senhora Presidente da Câmara, no sentido de que estas informações, que acabou de dar conhecimento, na sua opinião, deveriam ter sido motivo de abertura deste período antes da ordem do dia. Referiu ainda que a Senhora Presidente tinha esquecido de falar quanto ao carnaval no concelho das máscaras da Misarela. _____

A Senhora Presidente respondeu que quanto à sugestão do senhor vereador, informa que por questões de regulamento e de cortesia concede sempre primeiro a palavra aos senhores vereadores, mas pode associar-se ao seu reconhecimento. No que concerne às máscaras de carnaval da Misarela, realmente esqueceu-se de o referir, mas são espetaculares, por isso, para o senhor Jorge Leal que as elabora fica aqui um reconhecimento por esse trabalho. _____

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

II

INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

3.1. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pelo Dr. Jorge Carneiro de Moraes Fidalgo, Vereador da Educação, datada do dia 27 de fevereiro de dois mil e vinte e três, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

“Com fundamento na informação apresentada pela técnica superior da DSCE, em anexo, proponho à Ex.ma Câmara a equiparação do aluno aí referenciado, aos alunos com o Escalão 1 da Ação Social Escolar, no cumprimento do determinado pela alínea b,) do nº 2, do artigo 7º do Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro”. _____

Montalegre, 27 de fevereiro de 2023. _____

Este documento bem como o seu anexo ficam arquivados sob a forma de cópia como docs. n.ºs 2 e 3. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. _____

À Divisão de Finanças para no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado. _____

À Divisão Sociocultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____



3.2. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – TARIFA SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA.

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pelo Dr. Jorge Carneiro de Morais Fidalgo, Vereador da Educação, e pela técnica superior Ana Rita Velho Pedreira, datada do dia 27 de fevereiro de dois mil e vinte e três, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

“Com fundamento na informação apresentada pela técnica superior da DSCE, em anexo, proponho à Ex.ma Câmara a atribuição da tarifa social de água, no cumprimento do determinado pela alínea g), do artigo 6º do Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro. ____ Montalegre, 27 de fevereiro de 2023.” _____

Este documento, bem como o seu anexo, ficam arquivados sob a forma de cópia como docs. n.ºs 4 e 5. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. _____

À Divisão de Finanças para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado. _____

À Divisão Sociocultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____

IV

- CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS -

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO

2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO

3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

4 – SERVIÇOS URBANOS

3.3. ATA DA HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DOS LOCAIS DE VENDA (LOJAS) DO MERCADO MUNICIPAL DE MONTALEGRE – PROPOSTA.

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, a ata da comissão designada para a referida hasta pública, constituída pelos seguintes membros: Dra. Maria Fernanda Dinis Moreira, em substituição da Presidente da Comissão, Engenheiro, Rui Manuel Miranda Cruz e Engenheira, Maria Gorete dos Santos Carneiro, vogais efetivos, cujo teor se transcreve de seguida, na íntegra: _____

“Ata da hasta pública para a concessão de uso privativo dos locais de venda (lojas) do Mercado Municipal de Montalegre. _____

Ao vigésimo dia de fevereiro, do corrente ano, pelas dez horas e trinta minutos, compareceram no Salão Nobre dos Paços do Concelho, os membros da comissão designada pelo executivo camarário, em reunião ordinária de dois de fevereiro do ano em curso, para conduzir a hasta pública supra identificada, Maria Fernanda Dinis Moreira, Chefe da Divisão Administrativa, em substituição da Presidente da Comissão que não pode estar presente, Rui Manuel Miranda da Cruz, Chefe da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), Maria Gorete dos Santos Carneiro, Técnica Superior da DASU, estes dois últimos na qualidade de vogais efetivos. _____



Às dez horas e trinta e cinco minutos, a Presidente declarou aberto o ato público, destinado à adjudicação do direito de uso privativo das lojas do mercado municipal, mediante programa da hasta pública publicitado no Edital n.º 09/2023. _____

Lidas e explicadas as condições gerais da hasta pública, constantes do aludido programa da hasta pública, a Presidente da Comissão informou os presentes que foi entregue uma proposta escrita para arrematação de uma loja. -----

Analisada a proposta, verificou-se que a mesma estava de acordo com o estabelecido na cláusula oitava do citado programa da hasta pública. _____

A dita proposta foi apresentada pela FlaviSeguros, Gabinete Mediação de Seguros, Lda., e é referente à loja n.º 7. _____

De acordo com o estipulado no n.º 4 da cláusula nona, do mencionado programa da hasta pública, a Presidente da Comissão iniciou o período de inscrições, tendo os presentes efetuado as inscrições do seguinte modo: _____

Loja n.º 3 – F.P.T. Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.. _____

Loja n.º 4 – Taberna do Mercado, Lda. _____

Loja n.º 5 – Pedro Abel Silva Moura. _____

Loja n.º 6 – Flaviseguros, Gabinete Mediação de Seguros, Lda., proposta escrita. _____

Loja n.º 8 – Maria Arminda Batista Ribeiro Fernandes. _____

Loja n.º 9 – Maria Arminda Batista Ribeiro Fernandes. _____

Loja n.º 10 – José Isidro Barroso Fernandes. _____

Loja n.º 11 – José Isidro Barroso Fernandes. _____

Loja n.º 12 e 13 – Manuel Joaquim Edral. _____

Loja n.º 14 e 15 – Maria Luísa Afonso Lopes. _____

Loja n.º 16 – Maria Luísa Afonso Lopes. _____

Loja n.º 17 – Clara Suzana Fortunas. _____

Loja n.º 20 – Clara Suzana Fortunas. _____

Loja n.º 22 – António Joaquim Dias. _____

Loja n.º 23 – F.P.T. Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. _____

Foi recordado que o valor mínimo de cada lanço seria de cinquenta euros. _____

De seguida, a Presidente da Comissão procedeu à abertura do período de licitação verbal das lojas e anunciou o início da mesma, seguindo-se a ordem das lojas de acordo com a constante do programa da hasta pública, sendo que o último lanço foi sempre anunciado três vezes para efeito de arrematação de cada loja. _____

Loja n.º 3 – Base de licitação dois mil e sessenta e cinco euros. _____

Estava inscrita F.P.T (João Paulo Gomes Gonçalves). _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de FPT e sendo arrematada por esta, pelo valor de dois mil cento e quinze euros. _____

Loja n.º 4 – Base de licitação mil duzentos e cinco euros. _____

Estava inscrita Taberna do Mercado, Lda. _____



A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Taberna do Mercado e sendo arrematada por esta, pelo valor de mil duzentos e cinquenta e cinco euros. _____

Loja n.º 5 – Base de licitação setecentos e cinquenta euros. _____

Estava inscrito Pedro Abel Silva Moura. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Pedro Abel Silva Moura e sendo arrematada por este, pelo valor de oitocentos euros. _____

Loja n.º 6 – Base de licitação oitocentos euros, após proposta escrita apresentada por Flaviseguros, Gabinete Mediação de Seguros, Lda. _____

Estava inscrita Flaviseguros. _____

A loja foi objeto de licitação, não tendo existido nenhum lanço, a mesma foi arrematada por Flaviseguros, Gabinete Mediação de Seguros, Lda., pelo valor de oitocentos euros apresentado na proposta escrita. _____

Loja n.º 8 – Base de licitação duzentos e sessenta euros. _____

Estava inscrita Maria Arminda Batista Ribeiro Fernandes. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Maria Arminda Batista Ribeiro Fernandes e sendo arrematada por esta, pelo valor de trezentos e dez euros. _____

Loja n.º 9 – Base de licitação duzentos e trinta euros. _____

Estava inscrita Maria Arminda Batista Ribeiro Fernandes. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Maria Arminda Batista Ribeiro Fernandes e sendo arrematada por esta, pelo valor de duzentos e oitenta euros. _____

Loja n.º 10 – Base de licitação duzentos e trinta euros. _____

Estava inscrito José Isidro Barroso Fernandes. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de José Isidro Barroso Fernandes e sendo arrematada por este, pelo valor de duzentos e oitenta euros. _____

Loja n.º 11 – Base de licitação duzentos e sessenta euros. _____

Estava inscrito José Isidro Barroso Fernandes. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de José Isidro Barroso Fernandes e sendo arrematada por este, pelo valor de trezentos e dez euros. _____

Loja n.º 12 e 13 – Base de licitação duzentos e noventa e cinco euros. _____

Estava inscrito Manuel Joaquim. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Manuel Joaquim e sendo arrematada por este, pelo valor de trezentos e quarenta e cinco euros. _____

Loja n.º 14 e 15 – Base de licitação novecentos e noventa e cinco euros. _____

Estava inscrita Maria Luísa Afonso Lopes. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Maria Luísa Afonso Lopes e sendo arrematada por esta, pelo valor de mil e quarenta e cinco euros. _____

Loja n.º 16 – Base de licitação duzentos e quarenta euros. _____

Estava inscrita Maria Luísa Afonso Lopes. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Maria Luísa Afonso Lopes e sendo arrematada por esta, pelo valor de duzentos e noventa euros. _____



Loja n.º 17 – Base de licitação quatrocentos e trinta euros. _____

Estava inscrita Clara Suzana Fortunas. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Clara Suzana Fortunas e sendo arrematada por esta, pelo valor de quatrocentos e oitenta euros. _____

Loja n.º 20 – Base de licitação quatrocentos e quarenta euros. _____

Estava inscrita Clara Suzana Fortunas. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de Clara Suzana Fortunas e sendo arrematada por esta, pelo valor de quatrocentos e noventa euros. _____

Loja n.º 22 – Base de licitação quinhentos e vinte euros. _____

Estava inscrito António Joaquim Dias. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de António Joaquim Dias e sendo arrematada por este, pelo valor de quinhentos e setenta euros. _____

Loja n.º 23 – Base de licitação cem euros. _____

Estava inscrita F.P.T. Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. _____

A loja foi objeto de licitação, tendo o único lanço sido dado por parte de F.P.T. Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e sendo arrematada por esta, pelo valor de cento e cinquenta euros.

Concluída a fase de licitação para cada uma das lojas, objeto da presente hasta pública, procedeu-se à adjudicação provisória das lojas arrematadas aos candidatos que licitaram pelo valor mais elevado, nos termos do n.º 1 da cláusula décima segunda do programa da hasta pública, constante do edital n.º 09/2023, e elaborou-se a lista dos adjudicatários provisórios nos seguintes termos: _____

Loja n.º 3 – F.P.T. Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. _____

Loja n.º 4 – Taberna do Mercado, Lda. _____

Loja n.º 5 – Pedro Abel Silva Moura. _____

Loja n.º 6 – Flaviseguros, Gabinete Mediação de Seguros, Lda., proposta escrita. _____

Loja n.º 8 – Maria Arminda Batista Ribeiro Fernandes. _____

Loja n.º 9 – Maria Arminda Batista Ribeiro Fernandes. _____

Loja n.º 10 – José Isidro Barroso Fernandes. _____

Loja n.º 11 – José Isidro Barroso Fernandes. _____

Loja n.º 12 e 13 – Manuel Joaquim Edral. _____

Loja n.º 14 e 15 – Maria Luísa Afonso Lopes. _____

Loja n.º 16 – Maria Luísa Afonso Lopes. _____

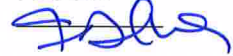
Loja n.º 17 – Clara Suzana Fortunas. _____

Loja n.º 20 – Clara Suzana Fortunas. _____

Loja n.º 22 – António Joaquim Dias. _____

Loja n.º 23 – F.P.T. Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. _____

Cumpridas todas as formalidades inerentes a este ato público, a Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu por encerrado o mesmo pelas dezasseis horas e dez minutos. _____



Nada mais havendo a tratar, dela se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da comissão. _____

A Presidente, assinatura ilegível, "Maria Fernanda Dinis Moreira, Dr.ª" _____

Primeiro vogal efetivo, assinatura ilegível, Rui Manuel Miranda da Cruz, Eng.º" _____

Segundo vogal efetivo, assinatura ilegível, "Maria Gorete dos Santos Carneiro, Eng.º" _____

Este documento vai ficar arquivado sob a forma de cópia como doc. n.º6. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o teor da referida ata da hasta pública para a concessão de uso privativo dos locais de venda das lojas do Mercado Municipal de Montalegre e a adjudicação provisória das referidas lojas aos adjudicatários constantes da lista transcrita na mencionada ata. _____

À Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos para procedimento. _____

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

VII

FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS

3.4. RETIFICAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO N.º 53/2018 "RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LAVAGEM DE CONTENTORES AO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE". DF N.º 13/2018 – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, um despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara datado de 15 de fevereiro do ano em curso, o qual se transcreve, de seguida, na íntegra: _____

"Assunto: Retificação da Adenda ao Contrato n.º 53/2018 "Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Lavagem de Contentores ao Município de Montalegre". DF N.º 13/2018. _____

I – DA MOTIVAÇÃO _____

Considerando que: _____

I. Em 01.08.2018, as partes ora outorgantes celebraram o Contrato n.º 53/2018, para Aquisição de Serviços de "Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Lavagem de Contentores ao Município de Montalegre"; _____

II. No que tange com a fase pré-contratual que antecedeu a celebração do aludido contrato, encetou a Primeira Outorgante, de forma atempada, as diligências necessárias à preparação de um procedimento pré-contratual adequado à satisfação da necessidade pública em questão; _____

III. Pela prestação objeto do referido contrato e pelo cumprimento das demais obrigações plasmadas no mesmo, a Primeira Outorgante deveria pagar à Segunda o valor global de € 1.110.000,00 (um milhão cento e dez mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a pagar nos termos especificados no Caderno de Encargos; _____

IV. O Contrato n.º 53/2018, nos termos da Cláusula Terceira, tem como prazo de execução 5 (cinco) anos, o qual se mantém inalterado por via da Adenda sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas; _____

V. Surgiu, entretanto, a necessidade de proceder a algumas alterações ao clausulado do Contrato *supra* identificado; _____

VI. A necessidade de alterar o clausulado contratual resultou, em primeiro lugar, da transposição para o Ordenamento Jurídico português da Diretiva (UE) n.º 2018/851, através do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, diploma que aprova o Regime Geral da Gestão de Resíduos;



VII.Tendo o Contrato inicial sido celebrado ainda em 2018, não se encontrava ao alcance da Primeira Outorgante a possibilidade de a mesma prever quais as regras que o legislador português concretizaria aquando da transposição da mencionada Diretiva para a legislação nacional, a qual se viria a realizar somente no decorrer de 2020;_____

VIII.Foram também conhecidas orientações estratégicas da Secretaria de Estado do Ambiente, no âmbito de “*Bio resíduos – Contas Certas nos Resíduos*”, de Julho de 2022, onde se afirmou que até ao final de 2021, seria urgente desenvolver as medidas necessárias que permitissem assegurar que os bio resíduos fossem objeto de valorização, incluindo o âmbito material e geográfico abrangido pela recolha seletiva, bem assim as eventuais derrogações que sejam necessárias, para que, no final de 2023, Portugal cumprisse o objetivo de uma rede de escolha seletiva de bio resíduos de forma abrangente;_____

IX.Apenas no decurso do contrato – e não em momento anterior à sua celebração, reitere-se – surgiram as aludidas orientações, as quais a Primeira Outorgante não poderia ter previsto aquando da preparação e celebração do mesmo;_____

X.Verificou-se a urgência em cumprir as metas estabelecidas e os respetivos calendários mínimos de implementação, o que implicou, nomeadamente, a alteração do modo ou do conteúdo das prestações contratuais previstas no âmbito do Contrato em vigor;_____

XI.Encontram-se, em virtude do supra aludido, justificados os encargos que a Adenda remetida para efeitos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas naturalmente acarreta para a despesa pública;_____

XII.Tais encargos, acrescidos ao preço contratual inicial, cifram-se no valor de € 85.000,00 (oitenta e cinco mil euros), o qual resulta da multiplicação do valor mensal de € 5.200,00 (cinco mil e duzentos euros) pelos meses de serviço previstos, valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido;_____

XIII.No que tange com o valor atribuído aos novos serviços que passam a integrar o objeto contratual fruto da modificação objetiva operada pela Adenda sujeita a visto do Tribunal de Contas, uma vez que os mesmos não encontravam paralelo em nenhuma das prestações contratualizadas ao abrigo do vínculo contratual original, foi solicitada uma proposta à Segundo Outorgante, a qual foi remetida e aceite pela Primeira Outorgante;_____

XIV.A Adenda sujeita a visto do Tribunal de Contas consubstancia uma modificação objetiva ao Contrato n.º 53/2018;_____

XV.Devido a um infortúnio lapso administrativo dos serviços da Primeira Outorgante, tal Adenda não incluiu uma cláusula que procedesse à alteração do preço e do preço do Contrato n.º 53/2018;_____

XVI.Em 26.01.2023, no âmbito do processo de fiscalização prévia n.º 1475/2022, por despacho proferido em sessão diária de visto, decidiu o douto Tribunal de Contas pela devolução do processo, tendo em vista o suprimento da omissão do clausulado da Adenda relativo ao preço contratual e ao prazo;_____

XVII.A presente retificação cumpre, assim, o desiderato de proceder à retificação da Adenda sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, por recomendação deste Douto Tribunal, aquando da devolução do processo em sessão diária de visto de 26.01.2023; _____

II - DA PROPOSTA _____

1.Face ao exposto, propõe-se ao executivo municipal que seja retificada a referida adenda, após aprovação da minuta em anexo. _____

Montalegre, Paços do Concelho, 15 de fevereiro de 2023. _____

A Presidente da Câmara, assinatura ilegível, (Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves)". _____

Este documento fica arquivado no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º7. _____

DELIBERAÇÃO:A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta suprarreferida, nos exatos termos em que se encontra formulada. _____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. _____

VIII GESTÃO AUTÁRQUICA

1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

3.6. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 24/01/2023 A 30/01/2023, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL _____

Foram presentes pelo Núcleo de Gestão Financeira (NGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, listagem de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período compreendido entre os dias catorze e vinte sete de fevereiro de dois mil e vinte e três na importância global ilíquida de € 820.640,25 (oitocentos e vinte mil, seiscentos e quarenta euros e vinte cinco cêntimos) – *ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º8.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

2.7. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 40/2023, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL _____

Foi presente pela secção de tesouraria para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 40, respeitante ao dia 27 de fevereiro de dois mil e vinte e três, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 6.318.145,53, sendo € 6.318.145,76 a título de dotações orçamentais, e € 751.816,85 a título de dotações não orçamentais. _____

Documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquiva no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º 9. _____

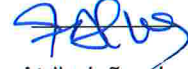
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

IX

ATIVIDADE REGULAMENTAR

3.7. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS (AECE) E APOIO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE CARÁTER PONTUAL (AESCP) NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE MONTALEGRE – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto identificado em título, proposta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, datada do dia 27 de fevereiro do ano em curso e que para os devidos efeitos infra se transcreve: _____



Assunto: Início do Procedimento de Elaboração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Económicos(AECE) e Apoio de Emergência Social de Carácter Pontual(AESCP) no Âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Montalegre. _____

Considerando que no dia 01 de janeiro de 2023, as competências previstas no decreto-lei n.º55/2020, de 12 de agosto, foram transferidas para o Município de Montalegre, atento o disposto no artigo 24.º, n.ºs 4 e 5, do citado diploma, na redação do Decreto-lei n.º23/2022, de 14 de fevereiro; _____

Considerando que no sobredito enquadramento de transferência de competências, passa a ser competência da câmara municipal, designadamente, assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social, de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, denominado SAAS, e laborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e risco social, de acordo com o disposto, respetivamente, nas alíneas a) e e), do n.º1, do artigo 3.º, do Decreto-lei n.º55/2020, de 12 de agosto e no artigo 5.º da Portaria n.º188/2014, de 18 de setembro, que regulamenta as condições de organização e funcionamento do SAAS, na redação conferida pela Portaria n.º63/2021, de 17 de março, na Lei n.º13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, e na portaria n.º257/2012 de 27 de agosto, na sua redação atual; _____

Considerando que de acordo com o disposto no artigo 5.º, n.º3, da Portaria n.º188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação, a câmara municipal, no exercício destas duas competências previstas nos n.ºs 1 e 2 do mesmo artigo, pode contratualizar através da celebração de acordo específico, com instituições de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas; _____

Considerando que o SAAS, nos termos do artigo 6.º, da mesma portaria, consiste no atendimento de primeira linha que responde a situações de crise e/ou de emergências sociais, bem como no acompanhamento social destinado a assegurar o apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais e que, entre outras, desenvolve a atividade de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica, tomando como referência o previsto no Decreto-lei n.º120/2018, de 27 de dezembro, no respeito pela autonomia do poder local; _____

Considerando que as prestações de carácter eventual são atribuídas no âmbito da intervenção social, com os objetivos definidos na Lei n.º4/2007, de 16 de janeiro na sua redação atual, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social e que a atribuição dessas prestações pecuniárias de carácter eventual é precedida, obrigatoriamente, de um atendimento/accompanhamento social, em que, no contexto de atendimento técnico do SAAS recolhem a informação necessária e indispensável à realização da caracterização sócio económica e diagnóstico social sobre a situação de vulnerabilidade em que se encontra o indivíduo ou a família; _____

Face ao supra exposto, considera-se fundamental elaborar um Regulamento através do qual sejam definidos, designadamente, critérios rigorosos para atribuição das referidas prestações pecuniárias de carácter eventual, assegurando mecanismos eficazes e transparentes de avaliação e aprovação das prestações supracitadas, no âmbito do SAAS. _____



Assim, nos termos do artigo 135.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), “consideram-se regulamentos administrativos as normas jurídicas e abstratas que, no exercício de poderes jurídico/administrativos, visam produzir efeitos jurídicos externo.” _____

Da Proposta em sentido estrito: _____

De acordo com o n.º1 do artigo 98.º do CPA, na sua atual redação, o início do procedimento da elaboração do regulamento administrativo é publicado na internet, no sítio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento. _____

Sendo a câmara municipal o órgão com competência para elaborar os projetos de regulamentos externos ao município de acordo com o disposto na alínea k), do n.º1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que se dê início ao procedimento do presente regulamento. _____

Nestes termos e durante o prazo de dez dias (10) podem os interessados constituir-se como tal, e apresentar contributos ao referido procedimento de elaboração do projeto de regulamento, nos serviços de Atendimento ao Município do Município, ou por via eletrónica, para o correio eletrónico municipio@cm-montalegre.pt, ou por outro meio definido no artigo 104.º do CPA, mediante requerimento, dirigido à Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, no qual conste o nome, número de identificação fiscal, morada, respetivo endereço de correio eletrónico e consentimento, para que este último seja utilizado para os efeitos previstos no artigo 63.º conjugado com a alínea c), do n.º112.º do CPA. _____

Que fique designada a Senhora Vereadora Dra. Ana Isabel Dias, como responsável pela direção do procedimento, podendo neste âmbito praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários ou convenientes à sua condução, designadamente, promovendo a sua instrução, audiência de interessados, a consulta ou solicitação de pareceres a quaisquer entidades se aplicável e nos termos das normas legais em vigor. _____

Paços do Município, 27 de fevereiro de 2023. _____

A Presidente da Câmara, assinatura ilegível, (Maria De Fátima Pereira Fernandes Alves)”. _____

Este documento fica anexo a esta ata sob a forma de doc. n.º 10. _____

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta suprarreferida, nos exatos termos em que se encontra formulada. _____

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos. _____

X DIVERSOS

3.8. TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE AS QUEBRAS DE PRODUÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA EM TRÁS-OS-MONTES – PARA CONHECIMENTO. _____

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, um ofício enviado pela Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, relativo às quebras de produção no sector agrícola em Trás-os-Montes. Sobre esse ofício, foi exarado despacho pela Senhora Presidente da Câmara, em 22.02.2023, com o seguinte teor: À reunião de CMM.” _____

Este documento vai ficar apenso a esta ata sob a forma de doc. n.º11. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

XI

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XII


APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA

(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XIII

ENCERRAMENTO

E, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram quinze horas e vinte minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária, a redigi e vou assinar, junto com a Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

A Presidente da Câmara  _____

A Secretária da reunião  _____